



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

236

HABEAS CORPUS Nº 0204495-9

IMPETRANTES : MARCELO FLÁVIO TIGRE BARRETO E YDIGORAS RIBEIRO DE
ALBUQUERQUE JÚNIOR
PACIENTE : ADEMIR GOMES DE ALMEIDA
RELATOR : DES.ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASUNÇÃO
COMARCA : CARUARU
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA : JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. CRIME DE TRÁFICO (ART.33 DA LEI Nº11.343/06), FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR (ART.298 DO CP) E DE USO DE DOCUMENTO FALSO (ART.304 DO CP). CONCURSO MATERIAL. PRISÃO EM FLAGRANTE. NEGATIVA DE AUTORIA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DE PROVAS PELA VIA ELEITA. EXCESSO DE PRAZO SUPERADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº52 DO STJ. VEDAÇÃO À LIBERDADE PROVISÓRIA. ART.44 DA LEI Nº11.343/06 E ART.5º, XLIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I- A via estreita do habeas corpus não comporta o exame aprofundado de provas, a ser realizado em regular instrução criminal.

II- O magistrado a quo justificou a prisão cautelar como necessária à garantia da ordem pública, uma vez que a há indícios de que o acusado adota o tráfico de entorpecentes como meio de vida, fazendo-se mister acautelar a sociedade.

III- As condições pessoais favoráveis do paciente não elidem a possibilidade de manutenção da prisão cautelar. Precedentes do STJ.

IV- A vedação expressa do benefício da liberdade provisória, contido no art.44 da Lei nº11.343/06 é, por si só, motivo suficiente para impedir a concessão da benesse da liberdade provisória ao réu preso em flagrante por crime hediondo ou a ele equiparado.

V- Constrangimento ilegal não configurado.

VI - Ordem denegada à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0204495-9**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

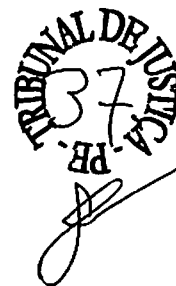
Recife, 16 de janeiro de 2010.

Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator

M



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



237

HABEAS CORPUS Nº 0204495-9

IMPETRANTES : MARCELO FLÁVIO TIGRE BARRETO E YDIGORAS
RIBEIRO DE ALBUQUERQUE JÚNIOR
PACIENTE : ADEMIR GOMES DE ALMEIDA
RELATOR : DES.ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASUNÇÃO
COMARCA : CARUARU
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA : JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

RELATÓRIO

Marcelo Flávio Tigre Barreto e Ydigoras Ribeiro de Albuquerque Júnior, advogados, impetraram o presente *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido liminar, em favor de **ADEMIR GOMES DE ALMEIDA**, qualificado às fls. 02 dos autos, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal de da Comarca de Caruaru, relativamente ao processo nº213.2009.001772-1.

Os impetrantes alegam, em síntese, o seguinte: o paciente foi preso em flagrante no dia 22/03/2009, sob as acusações de tráfico de drogas, falsificação de documento particular e uso de documento falso, sendo que nega participação em relação ao primeiro delito; a instrução criminal ainda não chegou ao fim, de modo que a manutenção da segregação do paciente constitui constrangimento ilegal por excesso de prazo, ensejando um cumprimento antecipado da pena; o paciente é primário, possui bons antecedentes, ocupação definida e endereço certo, não oferece risco à sociedade, fazendo jus, portanto, ao benefício da liberdade provisória;

Por fim, requerem a concessão da ordem, liminarmente e a sua posterior confirmação, ante a ausência dos requisitos autorizadores da manutenção da prisão cautelar do paciente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



238

Por meio da decisão de fl. 19/20, foi indeferido o pleito liminar.

O Juiz da 1ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru, apontado como autoridade coatora, prestou informações sobre os fatos alegados no presente writ às fls. 27.

A Procuradoria Criminal, pela Procuradora de Justiça, Janeide Oliveira de Lima, ofertou parecer às fls. 31/32, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife 16 de Janeiro de 2010.

Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PB
239

HABEAS CORPUS Nº 0204495-9

IMPETRANTES : MARCELO FLÁVIO TIGRE BARRETO E YDIGORAS
RIBEIRO DE ALBUQUERQUE JÚNIOR
PACIENTE : ADEMIR GOMES DE ALMEIDA
RELATOR : DES.ALEXANDRE GUEDES ALCOFORADO ASSUNÇÃO
CONVOCADO
COMARCA : CARUARU
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA : JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

VOTO

O presente *Habeas Corpus* foi impetrado por Marcelo Flávio Tigre Barreto e Ydigoras Ribeiro de Albuquerque Júnior, em favor de **ADEMIR GOMES DE ALMEIDA**, relativamente ao processo nº 213.2009.001772-1, a que responde na 1ª Vara Criminal da Comarca de Caruaru, pela prática dos delitos previstos no art.33 da Lei nº 11.343/06 e arts.298(duas vezes) e 304 c/c 69, todos do Código Penal¹.

¹ Lei nº 11.343/06

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

CP

Falsificação de documento particular

Art. 298 - Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Uso de documento falso

Art. 304 - Fazer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem os arts. 297 a 302:

Pena - a cominada à falsificação ou à alteração.

Concurso material

Art. 69 - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PE
240

Os impetrantes argumentam, em resumo, o seguinte: a) está configurado o excesso de prazo na prisão do paciente, que se encontra segregado desde 22/03/2009, sem que a instrução criminal tenha chegado ao fim; b) o paciente apresenta condições pessoais favoráveis e é arrimo de família.

Pois bem.

Segundo informou a autoridade apontada como coatora, o paciente foi preso em flagrante em 22/03/2009, por volta das 17h40min, no terminal rodoviário de Caruaru, juntamente com Jair Lizardo Gomes, condenado, após serem flagrados por policiais federais transportando cerca de dois quilos da substância entorpecente conhecida como cocaína, na forma de pasta base, acondicionada no fundo falso de um garrafão térmico, destinada a ser comercializada. Na ocasião, o paciente identificou-se fazendo uso de cédula de identidade falsa, sendo encontradas em seu poder outras duas cédulas de identidade falsificadas.

Examino.

No tocante a tese de negativa de autoria em relação ao delito de tráfico de entorpecentes, impende realçar que não há como apreciá-la, uma vez que a via estreita do *habeas corpus* não comporta o exame aprofundado de provas, a ser realizado em regular instrução criminal.

A propósito:

ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido. No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro aquela.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



241

HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O AJUIZAMENTO DA AÇÃO PENAL. EXAME APROFUNDADO DE PROVAS INCOMPATÍVEL COM O RITO DO HC. DENEGACÃO DA ORDEM. UNANIMIDADE. 1.A estreita via do habeas corpus, carente de dilação probatória, não comporta o exame de questões que demandem o profundo revolvimento do conjunto fático-probatório colhido nos autos da ação penal ofertada contra o paciente. 2.[...] 4.Denegação da ordem de Habeas corpus. 5.Unanimidade.
(TJPE - HC nº177886-1 - Rel:bDes.Gustavo Lima - Julgado em 16/12/2008, grifos nossos)

No que tange aos prazos processuais, ressalto que não são peremptórios. A sua verificação deve ser feita observando-se as peculiaridades de cada caso, sob a ótica do princípio da razoabilidade.

No presente caso, a instrução criminal já chegou ao fim, encontrando-se os autos em poder do Ministério Público para oferta das razões finais.

Assim, a alegação de excesso de prazo fica superada. É o que prescreve a Súmula nº52 do STJ, *in verbis*: "Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo".

Trago a lume os seguintes julgados do E. Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. EXCESSO DE PRAZO. ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO. ALEGAÇÕES FINAIS. SÚMULA 52 DESTA STJ. ORDEM DENEGADA.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PE
242

1. Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa. Súmula 52 deste Superior Tribunal de Justiça.

2. Ordem denegada (com voto-vencido).
(STJ, HC 139.883/PE, Rel. Ministro NILSON NAVES, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 15/10/2009, DJe 07/12/2009)

PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. 1. EXCESSO DE PRAZO. ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO. ALEGAÇÕES FINAIS. SÚMULA 52 DESTE STJ. 2. ALEGAÇÃO DE FALTA DE PROVAS. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. VIA INADEQUADA. 3. LIBERDADE PROVISÓRIA. INDEFERIMENTO. ALTERAÇÃO TRAZIDA PELA LEI 11.464/07. NECESSIDADE DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RISCO PARA A ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. QUANTIDADE EXPRESSIVA DE DROGA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA. 4. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA PARTE, DENEGADA.

1. Encerrada a instrução criminal, fica prejudicada a alegação de excesso de prazo para a formação da culpa. Súmula 52 deste Superior Tribunal de Justiça.

2. A via estreita de habeas corpus não é compatível com discussões que envolvam o exame do conjunto fático-probatório, estando aí a alegação de que não há provas concretas para a imputação.

3. [...]

4. Ordem parcialmente conhecida e, nessa parte, denegada.

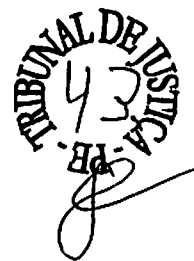
(HC 124.270/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 21/05/2009, DJe 08/06/2009)

Com o processo encaminhando-se para seu final, com a instrução criminal já encerrada e afastado o excesso de prazo, não é recomendável, por ora, a concessão da liberdade provisória ao paciente.

Ressalto que as condições pessoais favoráveis do paciente não elidem a possibilidade de manutenção da prisão cautelar. Nesse sentido, colaciono o seguinte julgado:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



243

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. ART. 121, § 2º, INCISOS I E IV, DO CÓDIGO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR DO PACIENTE PELOS MESMOS FUNDAMENTOS. APONTADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. [...]

V - Outrossim, condições pessoais favoráveis como primariedade, bons antecedentes e residência fixa no distrito da culpa não têm o condão de, por si só, garantirem a revogação da prisão preventiva, se há nos autos, elementos hábeis a recomendar a manutenção da custódia cautelar (Precedentes).

Ordem denegada.

(HC 139.857/PE, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 13/10/2009, grifos nossos).

Por fim, observo que a vedação expressa do benefício da liberdade provisória, contido no art.44 da Lei nº11.343/06 é, por si só, motivo suficiente para impedir a concessão da benesse ao réu preso em flagrante por crime de tráfico de drogas².

O óbice à liberdade provisória emana da própria Constituição Federal que, expressamente, prevê, no art.5º, inciso XLIII, a inafiançabilidade àqueles presos em flagrante pela prática de crimes hediondos.

Por oportuno, confira-se o teor da norma mencionada:

"XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem".

² (HC 133.285/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 23/06/2009, DJe 03/08/2009)

M



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



244

Assim, a manutenção da custódia decorre, em última análise, de preceito constitucional que erige obstáculo à benesse desejada pelo paciente.

A corroborar esse entendimento, vejamos recente posicionamento do STJ:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E LAVAGEM DE DINHEIRO. RELAXAMENTO DA PRISÃO EM FLAGRANTE. NULIDADE DA LAVRATURA DO AUTO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO VÍNCULO ASSOCIATIVO ENTRE O PACIENTE E A CORRÊ.NECESSIDADE DE EXAME DILATADO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA PARA DIRIMIR A QUESTÃO. 1. [...] 1. [...] LIBERDADE PROVISÓRIA. VEDAÇÃO LEGAL. OBEDIÊNCIA AOS ART. 5º, INCISO LXVI, DA CF/88 E 44 DA LEI 11.343/2006. PRECEDENTES. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E CONSTITUCIONAL. COAÇÃO NÃO DEMONSTRADA.

1. Não caracteriza constrangimento ilegal a manutenção da negativa da concessão de liberdade provisória ao flagrado no cometimento em tese do delito de tráfico de entorpecentes praticado na vigência da Lei 11.343/06, notadamente em se considerando o disposto no art. 44 da citada lei especial, que expressamente proíbe a soltura clausulada nesse caso, mesmo após a edição e entrada em vigor da Lei 11.464/2007. (Precedentes do STF e da Quinta Turma do STJ).

2. Condições pessoais favoráveis são irrelevantes para a concessão da liberdade provisória, se presentes na hipótese outros elementos determinantes à manutenção da prisão processual.

3. Writ conhecido em parte, e neste ponto, denegado.

(HC 107.564/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 23/06/2009, DJe 03/08/2009, grifos nossos)

M



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção



245

Isso posto, em consonância com o parecer da Procuradoria de
Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 06 de *januário* de 2010.

Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator